

CONGRESSO

Comissão fecha sem relatório, rejeitado por 19 x 12. Nos bastidores, críticas eram de que sessões tornaram-se palanque e que investigações de fraudes ficaram em segundo plano

Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado



Alfredo Gaspar e Carlos Viana se abraçam ao fim da CPMI, cujo relatório foi derrotado, na derradeira disputa entre governo e bolsonaristas

CPMI do INSS acaba de forma melancólica

» ALICIA BERNARDES
» FABIO GRECCHI

Depois de sete meses de funcionamento, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS encerrou os trabalhos na madrugada de ontem de forma melancólica — sem a aprovação de um relatório final. O parecer apresentado pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (PL-AL), foi rejeitado por 19 x 12. Sem consenso e sem a designação de um novo relator, o colegiado presidido pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG) deu por concluída sua tarefa.

Segundo Viana, o fato de não ter um relatório oficial não quer dizer que o esforço foi em vão. Ele afirmou que as aproximadamente cinco mil páginas do documento produzido por Gaspar serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Polícia Federal (PF) com as conclusões, indiciamentos e sugestões da CPMI. Os governistas chegaram a elaborar um relatório alternativo, que incluía, entre outros, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Mas sequer foi analisado.

A CPMI nasceu sob o signo da disputa eleitoral entre bolsonaristas e governistas. O Palácio do Planalto tinha a certeza de que emplacaria o senador Omar Aziz (PSD-AM) no comando do colegiado. Porém, a desarticulação deu à oposição a brecha necessária para eleger Carlos Viana e, na sequência, escolher Alfredo Gaspar relator. A eleição dos dois foi intensamente comemorada e gerou uma crise na articulação do governo, com toda a culpa recaindo sobre o líder no Senado, Jaques Wagner (BA). Aos integrantes da base aliada restou colocar o deputado Duarte Junior (PSB-MA) na vice-presidência do colegiado para tentar conter os danos.

A sessão de encerramento sem um documento oficial foi o derradeiro ato de um colegiado que, conforme análises recolhidas pelo **Correio** nos bastidores do Congresso, perdeu-se ao dar mais importância a projetos eleitorais pessoais do que, realmente, cavar fundo o poço da fraude contra aposentados e pensionistas da Previdência. O fato de os trabalhos continuarem por um ano eleitoral — e pretendendo-se a prorrogação, derrubada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira, por 8 x 2 —, deu esperanças a vários de seus integrantes de que a comissão lhes desse visibilidade visando

Placar da votação

A favor do relatório final

Senadora Damares Alves (Republicanos-DF)
Senador Magno Malta (PL-ES)
Senador Marcio Bittar (PL-AC)
Senador Izalci Lucas (PL-DF)
Senador Eduardo Girão (Novo-CE)
Senador Rogério Marinho (PL-RN)
Deputada Coronel Fernanda (PL-MT)
Deputada Bia Kicis (PL-DF)
Deputada Adriana Ventura (Novo-SP)
Deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO)
Deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS)
Deputado Alfredo Gaspar (PL-AL — relator)

Contra o relatório final

Senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI)

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)
Senadora Augusta Brito (PT-CE)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE)
Senador Raulo Rodrigues (Rede-AP)
Senador Jaques Wagner (PT-BA)
Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Deputada Meire Serafim (União Brasil-AC)
Deputado Átila Lira (PP-PI)
Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP)
Deputado Rogério Correia (PT-MG)
Deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO)
Deputado Alencar Santana (PT-SP)
Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)
Deputado Lindbergh Farias (PT-RJ)
Deputado Neto Carletto (Avante-BA)
Deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)



Deputados Paulo Pimenta, Rogério Correia e Alencar Santana provocam

as urnas em outubro. Daí por que as agressões verbais e os conflitos tornaram-se regra nas sessões. Afinal, geram cortes e engajamento nas redes sociais.

Um dos momentos em que ficou patente que a ideia era fazer barulho junto à militância foi a sessão que aprovou a quebra dos sigilos do empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Num ambiente tumultuado e cuja votação foi confusa, os bolsonaristas tiveram certeza de que tinham conseguido algo tão poderoso que colocaria o Palácio do Planalto contra a parede. Houve bate-boca, pedido de recontagem e mesmo troca de safanões entre os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Luís Lima (Novo-RJ).

"Filho do rapaz"

Entre os bolsonaristas, havia a certeza de que Lulinha era o "filho do rapaz", conforme disse um funcionário de Antonio Camilo Antunes, o Careca do INSS — apontado

como chefe do esquema de fraudes —, e que o filho do presidente era o beneficiário de uma mesada de R\$ 300 mil. O próprio Carlos Viana, porém, indagado ao ser entrevistado no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, dia 16, afirmou que nada fora encontrado contra Lulinha.

A CPMI também elegeu o STF como adversário. Ao desobrigar que convocados prestassem depoimento e que convidados comparecessem, a Corte deu munição, sobretudo, aos parlamentares bolsonaristas, que intensificaram a campanha permanente que fazem contra os integrantes do Supremo. Nem mesmo o ministro André Mendonça, que substituiu Dias Toffoli à frente do inquérito do Banco Master, foi poupado. Principalmente ao determinar a restrição de acesso ao material relacionado a Daniel Vorcario, depois que alguns deles, que não tinham nenhuma conexão com a investigação da comissão, foram vazados para a imprensa — como os diálogos íntimos que o ex-banqueiro manteve com a

ex-namorada, a modelo e influenciadora Martha Graeff.

Indiciamentos

A sessão que marcou o desfecho da comissão começou na manhã de sexta-feira e se estendeu por mais de 15 horas. Em sete meses, a comissão ouviu dezenas de testemunhas, incluindo servidores do INSS, representantes de entidades investigadas, vítimas das fraudes e autoridades públicas. Também foram aprovadas centenas de quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático. O relatório de Gaspar pedia o indiciamento de mais de 200 pessoas por crimes como organização criminosa, lavagem de dinheiro, estelionato e corrupção.

Entre os nomes citados no parecer estavam o de Lulinha, o do ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, o do senador Weverton Rocha (PDT-MA) e o do ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto. O texto também sugeria medidas como prisão preventiva de investigados e o sequestro de bens.

Do outro lado, o relatório alternativo elaborado por governistas — organizado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS) — defendia uma linha distinta de responsabilização. O texto previa o indiciamento de cerca de 130 pessoas, incluindo Bolsonaro e o senador Flávio. A base argumentava que as fraudes se intensificaram no governo anterior ao atual, após mudanças normativas que teriam fragilizado os controles sobre descontos associativos.

A oposição atribuiu a derrota do relatório de Gaspar à atuação da base do governo, que se juntou ao Centrão. Já os governistas criticaram o parecer do relator, apontando viés eleitoral nas conclusões.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A guerra do Irã, a crise do petróleo, o Brasil e a "Carreira das Índias"

O Brasil está de olho nas oportunidades para exportação de petróleo bruto e etanol para a Ásia, com as mudanças geopolíticas provocadas pela guerra do Irã. O fechamento do Estreito de Ormuz, a imprevisibilidade do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e os conflitos no Oriente Médio, que atingiram uma escala inimaginável, repositionam as potências da Ásia. Essas mudanças ficaram evidentes no ENCONTRO dos chanceleres do G7, grupo de países mais industrializados do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Realizado em Vaux-de-Cernay, na França, que preside o encontro, a reunião de sexta-feira foi uma etapa preparatória para a Cúpula de Líderes, prevista para junho, da qual o Brasil, a Índia e a Coreia do Sul também participarão como convidados. A guerra no Irã e assuntos bilaterais foram tratados pelo ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e os chanceleres do G7, mas as conversas mais produtivas do chanceler brasileiro foram com o indiano Subrahmanyam Jaishankar e o coreano Cho Hyu. Os dois países asiáticos estão empenhados em reduzir a dependência em relação ao petróleo e gás do Oriente Médio. É aí que a velha "Carreira das Índias" ainda tem seu valor.

A "Carreira das Índias" coincidiu com a chegada dos portugueses ao Brasil, em 22 de abril de 1500. Organizada pela Coroa Portuguesa com o objetivo de consolidar o comércio com as Índias Orientais, a esquadra de Pedro Álvares Cabral tinha 13 navios e 1,2 mil homens, entre marinheiros, soldados, religiosos e comerciantes. Partiu de Lisboa em 9 de março daquele ano, com destino oficial à cidade de Calicute, na Índia. Após deixar o Brasil, em setembro de 1500, Cabral chegou a Calicute. Houve conflitos com muçulmanos locais, Cabral bombardeou a cidade, mas conseguiu fazer acordos comerciais em Cochim e Cananor, estabelecendo as bases portuguesas na região.

O comércio regular com as Índias consolidou o império ultramarino português, que também foram os primeiros europeus a estabelecer contato direto e duradouro com a China Imperial. Em 1513, o navegador português Jorge Álvares desembarcou em Tamão (perto de Hong Kong). Em 1557, os portugueses obtiveram autorização do governo Ming para se estabelecerem na China. Macau serviu de elo entre o Brasil, China e Europa. Portugal manteve a administração da ilha até 1999, quando foi devolvida à China.

A velha rota do "Caminho das Índias" ainda é a mais utilizada para as exportações brasileiras, principalmente pelos navios de grande porte, devido aos custos. O trajeto Porto de Santos, Canal do Panamá, Oceano Pacífico, Mar da China Meridional, Porto de Xangai ou Guangzhou, com 19 mil km, leva de 30 a 35 dias, dependendo do tipo de navio, clima e escalas. Essa rota é mais curta e vantajosa para o Norte e o Nordeste, porém, mais cara, devido aos custos da passagem pelo canal, filas de espera e limites de tonagem dos navios.

Já a Rota do Cabo da Boa Esperança, com trajeto Santos, Atlântico Sul, Cabo da Boa Esperança, Oceano Índico, Malaca e Mar da China, tem de 22 mil a 24 mil km, leva de 35 a 45 dias, porém, é mais barata, porque não tem pedágio e permite navios gigantes. Recentemente, o Brasil e a China conectaram o Porto de Gaolan, na cidade de Zhuhai, aos portos brasileiros de Santana (AP) e Salvador. Essa rota atravessa o Estreito de Malaca e o Cabo da Boa Esperança, reduzindo o tempo de transporte em até 15 dias e os custos logísticos em mais de 30%, em comparação com as rotas tradicionais.

Petrobras

O problema logístico da relação com a Ásia é desafogar os portos existentes e diversificar as rotas, para exportar soja, açúcar, café, carnes, minério de ferro; produtos petroquímicos e combustíveis; mármore, granito, aço e celulose; e castanha de caju, cera de carnaúba, frutas, carnes, calçados e têxteis. A exportação de petróleo bruto, porém, leva a vantagem de que a maior parte da produção está no mar e já conta com terminais para escoar a produção. A produção de etanol também está no litoral.

Segundo a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, os países asiáticos têm ampliado a demanda pelos produtos da estatal. Destacam-se, além da China, justamente a Índia e a Coreia do Sul. Uma das dificuldades comerciais até recentemente era o preço do barril, que estava em torno de US\$ 70; agora, com a guerra, já está em US\$ 110. Com o fim da guerra, pode baixar, mas não deve voltar ao patamar anterior.

A Ásia responde por 72% das vendas no terceiro trimestre de 2025, ante 55% e 47% no mesmo período de 2024 e 2023, respectivamente. A China é o principal comprador, com participação de 53%, contra 41% e 40% no mesmo anterior. Recentemente, a Índia e Coreia do Sul ampliaram as compras de petróleo da Petrobras, que renovou e ampliou contratos de venda para as principais estatais indianas.

Os contratos com a Indian Oil Corporation Limited (IOC), a Bharat Petroleum Corporation Limited (BPCL) e a Hindustan Petroleum Corporation Limited (HPCL) em vigor até março de 2027 e já representam um potencial de venda de até 60 milhões de barris, com valor estimado em US\$ 3,1 bilhões. A preços de hoje, esse montante chegaria a valer US\$ 6,3 bilhões. Ou seja, o Brasil pode mitigar o jogo de soma zero da guerra do Irã.